Aposentadorias e dívida ativa são as maiores demandas do TRF-4

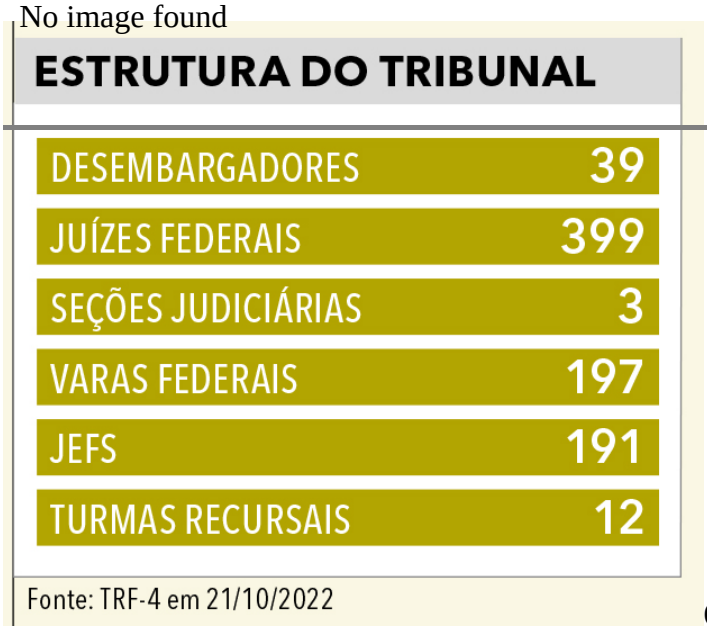
stiça Federal 2022 | 2023, lançado na quinta-feira, dia 2 de tamente na versão online (clique aqui para acessar) e à mpressa (clique aqui para comprar).

Quando a Lei 14.253 foi aprovada em novembro de 2021 e autorizou a ampliação de todos os Tribunais Regionais Federais, a 4ª Região já estava preparada para as mudanças. Em poucos meses concretizou seu projeto de descentralização e transformou as turmas regionais suplementares de Santa Catarina e do Paraná em turmas ordinárias e instalou mais um colegiado em cada um desses estados. Em setembro de 2022, todas já operavam.

Dez dos juízes convocados para integrá-las foram promovidos em dezembro. As outras duas cadeiras foram reservadas ao quinto constitucional, da advocacia e do Ministério Público. Com 12 novos integrantes, o TRF-4 passou de 27 para 39 desembargadores e de oito para 12 turmas de julgamento.

A atual direção da corte é formada por representantes dos três estados da 4ª Região: o presidente, Ricardo do Valle Pereira, é de Santa Catarina; o vice-presidente, Fernando Quadros, nasceu no Paraná; e o corregedor regional, Cândido Leal Júnior, é gaúcho. Sobre a descentralização das turmas de julgamentos, Fernando Quadros afirma ser “um modelo que é fruto de um consenso, embora eu reconheça que existam lideranças no Paraná que gostariam de um novo tribunal instalado lá”.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.



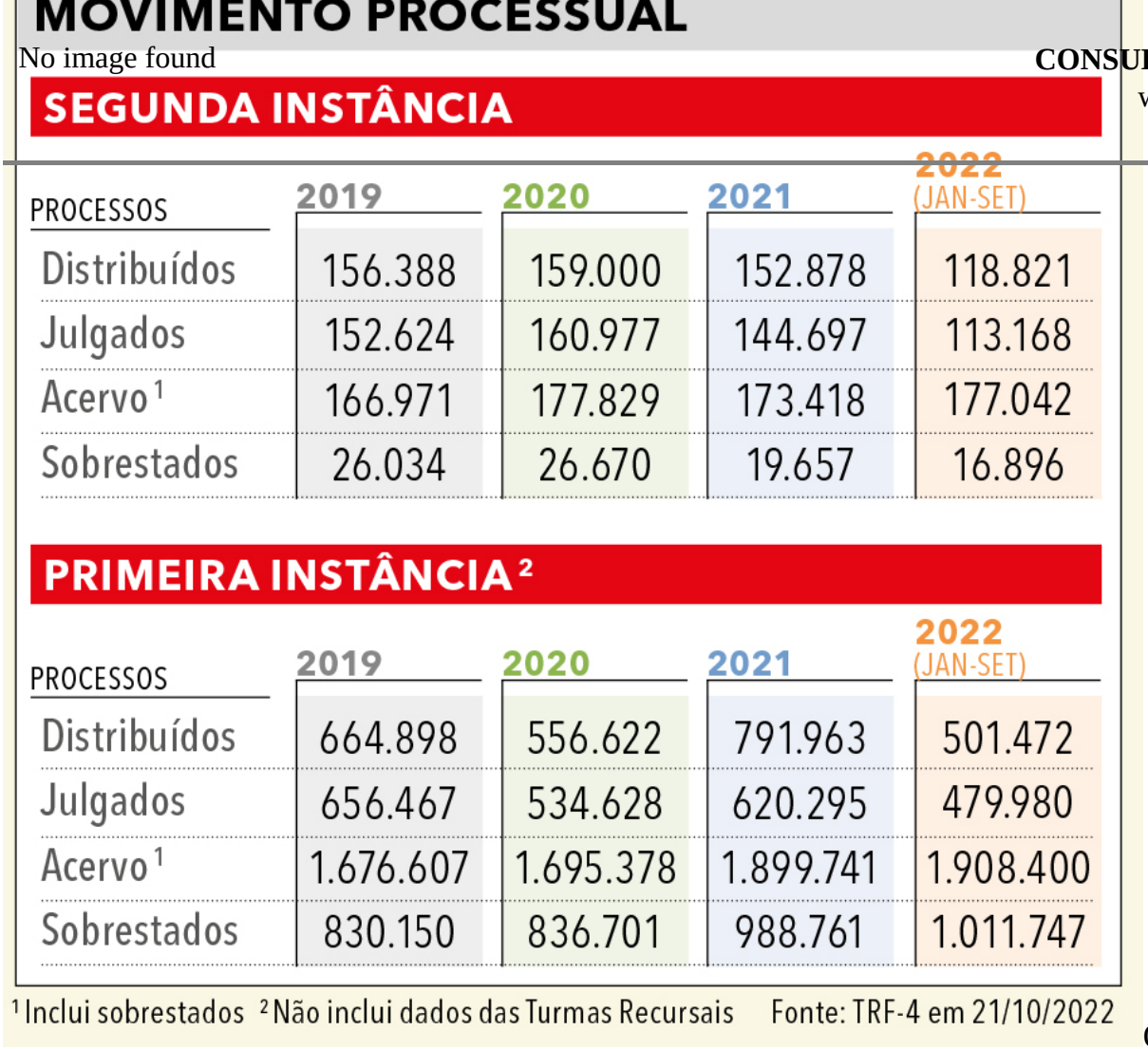
O desembargador Gebran Neto acredita que a ampliação do TRF-4 pode não ter sido suficiente. “Antevejo que a curva de crescimento do número de processos exigirá que outras turmas sejam criadas, para que cada gabinete possa ter um acervo administrável. A demora no julgamento de processos não se afeiçoa com um sistema que busca distribuir Justiça”, afirmou em entrevista ao **Anuário da Justiça**.

Integrante da 3ª Seção, Sebastião Ogê Muniz lembra que ao longo dos anos a primeira instância se expandiu em proporções muito maiores que a segunda. Com a nova estrutura, acredita, a tendência é de que os indicadores de desempenho do TRF-4 tenham grande evolução.

Na posse dos 12 novos desembargadores, em dezembro, o presidente da corte disse que a epidemia trouxe lições, como a desmistificação do uso de tecnologia, e mostrou que o contato humano é fundamental. “A tecnologia definitivamente veio para ficar, mas precisamos preservar o elemento humano. A sensibilidade dos juízes e das juízas jamais deve ser deixada de lado e será necessária para o futuro da atividade jurisdicional”, disse Ricardo do Valle Pereira.

O TRF-4 tornou permanente algumas medidas tomadas em decorrência da crise sanitária provocada pela covid-19. Antes de os prédios serem fechados, em março de 2019, 30% dos servidores já podiam trabalhar remotamente. A partir de outubro de 2020, depois do período de trabalho remoto compulsório, a reabertura dos prédios ocorreu de forma paulatina e foi permitido o trabalho remoto de até 50% dos servidores de cada unidade administrativa. Em novembro, no entanto, o CNJ definiu que apenas 30% dos servidores podem trabalhar de casa. Os tribunais têm 60 dias para se adaptarem.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.



MOVIMENTO PROCESSUAL

SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSOS	2019	2020	2021	2022 (JAN-SET)
Distribuídos	156.388	159.000	152.878	118.821
Julgados	152.624	160.977	144.697	113.168
Acervo [1]	166.971	177.829	173.418	177.042
Sobrestados	26.034	26.670	19.657	16.896

PRIMEIRA INSTÂNCIA [2]

PROCESSOS	2019	2020	2021	2022 (JAN-SET)
Distribuídos	664.898	556.622	791.963	501.472
Julgados	656.467	534.628	620.295	479.980
Acervo [1]	1.676.607	1.695.378	1.899.741	1.908.400
Sobrestados	830.150	836.701	988.761	1.011.747

[1] Inclui sobrestados [2] Não inclui dados das Turmas Recursais Fonte: TRF-4 em 21/10/2022

O eproc, sistema criado pela 4ª Região e em funcionamento desde 2003, permitiu que rapidamente a Justiça Federal do Sul do país pudesse se adaptar à quarentena exigida pela crise sanitária. Mas o presidente da corte deixa claro que o trabalho exclusivamente pela internet não é possível. “O trabalho presencial é absolutamente necessário. O Judiciário é serviço e um local de acolhimento e atendimento de pessoas”, afirma, citando também a realidade brasileira de exclusão digital.

Em 2021, houve queda sensível no número de casos novos distribuídos na segunda instância, de acordo com dados da corte. Foram distribuídos 152 mil processos e julgados 144 mil. Apesar disso, houve redução no acervo em relação a 2020. O Direito Previdenciário prevalece na demanda da corte. Entre os temas mais recorrentes estão as aposentadorias. Cobranças da dívida ativa aparecem em segundo lugar.

O desembargador Paulo Brum Vaz, da 9ª Turma, enxerga uma tendência de aumento das ações sobre incapacidade laboral, por diversos fatores. O adoecimento da população e a existência de duas medicinas no país, “uma dos ricos e outras dos pobres”, afirma, “revela o motivo da corrida ao INSS para postular benefícios por incapacidade”. Ele destaca entre as doenças incapacitantes a depressão e o adoecimento profissional, resultado de “competição, disputas de todo tipo, desigualdades imensas, preconceito,

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

violência física e psicológica”.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

TEMAS MAIS JULGADOS

SEGUNDA INSTÂNCIA

ASSUNTO	2021	2022 (JAN-SET)
Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/56)	15.296	12.462
Dívida Ativa	13.246	13.137
Aposentadoria especial (art. 57/58)	10.467	7.568
Auxílio-doença previdenciário	6.424	4.378
Contribuições sociais	6.305	4.123
Espécies de contratos	5.889	3.104
Aposentadoria por idade (art. 48/51)	5.807	4.430
Fornecimento de medicamentos	5.687	3.732
Multas e demais sanções	5.563	5.084
RMI (Renda Mensal Inicial)	4.488	3.451

PRIMEIRA INSTÂNCIA

ASSUNTO	2021	2022 (JAN-SET)
Auxílio-doença previdenciário	107.691	88.309
Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/56)	59.811	45.089
Dívida ativa	56.427	45.703
Aposentadoria por invalidez (art. 42/47)	32.093	25.786
Aposentadoria por idade (art. 48/51)	29.298	23.119
Aposentadoria especial (art. 57/58)	19.002	13.465
Discussões acerca de contratos bancários	18.713	12.005
Discussões sobre cláusulas contratuais	14.910	12.110
Contribuições previdenciárias	13.742	12.184
Pensão por morte (art. 74/79)	13.006	13.385

Fonte: TRF-4 em 21/10/2022

Clique aqui para ampliar a imagem

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

As perícias do INSS e judiciais são deficitárias, em sua opinião. Se melhorassem reduziriam muito a judicialização dos pedidos. Levantamento feito pelo site *Metrópoles* mostrou que o INSS negou 3.311.615 benefícios entre fevereiro e outubro de 2020. O benefício por incapacidade temporária representou 53,4% dos indeferimentos, num total de 1.786.450. Brum Vaz também fala da reforma da previdência (EC 103/2019). "A redução do nível de proteção social estatal, notadamente diante do avanço do ideário neoliberal e das consequentes tendências de reformas limitadoras destes inerentes direitos da seguridade social, está sendo compensada pelo Poder Judiciário", afirma.

Como solução, ele propõe incentivos à conciliação, que a Defensoria Pública e o Ministério Público sejam mais ativos na tutela de direitos individuais homogêneos e, ainda, maior uso de mecanismos de solução de demandas repetitivas como IRDR, recursos especiais e extraordinários.

A situação da primeira instância na 4ª Região é ainda mais complicada que a da segunda. Em 2021, a distribuição chegou perto dos 800 mil casos novos e o acervo dos dois milhões de processos em tramitação. Em contrapartida, os juízes conseguiram julgar 620 mil ações durante o ano. Pedidos de auxílio-doença previdenciário estão no topo da lista de maiores demandas, seguidos por diversos tipos de aposentadoria e de cobranças da dívida ativa.

O corregedor Cândido Leal Júnior propôs um projeto para equalizar a carga de trabalho das varas da 4ª Região. "Meu trabalho é realizar os ajustes para que uma vara trabalhe tanto quanto a outra. Percebemos que as execuções fiscais diminuíram bastante e as ações previdenciárias aumentaram muito, por exemplo, e esta situação será enfrentada", disse.

ANUÁRIO DA JUSTIÇA FEDERAL 2022 | 2023
ISSN: 2238107-4
Número de Páginas: 236
Editora: Consultor Jurídico
Versão impressa: R$ 40, na Livraria ConJur
Versão digital: gratuita, acesse pelo site anuario.conjur.com.br e pelo app Anuário da Justiça

Anunciantes desta edição
Advocacia Fernanda Hernandez
Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica
Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia
Basilio Advogados
BFBM – Barroso Fontelles, Barcellos, Mendonça Advogados
Bialski Advogados Associados
Bottini & Tamasauskas Advogados
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Dannemann Siemsen Advogados
De Rose Advogados
Décio Freire Advogados
Dias de Souza Advogados
Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Advogados

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

D’Urso & Borges Advogados Associados
Fidalgo Advogados
Heleno Torres Advogados
JBS S.A.
Machado Meyer Advogados
Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia
Milaré Advogados
Moraes Pitombo Advogados
Mudrovitsch Advogados
Original 123 Assessoria de Imprensa
Pardo Advogados & Associados
Pinheiro Neto Advogados
Refit
Sergio Bermudes Advogados
Warde Advogados

Date Created
08/03/2023

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.